

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 896 - de 17 fevereiro a 10 de março de 2022

NAS LUTAS TRABALHADORES MANDAM SEU RECADO



MG: Greve contra a privatização da Eletrobras



MG: Luta contra entrega de hospital à Organização Social

SC: Passeata de grevistas em defesa dos serviços públicos

ANO COMEÇA COM MOBILIZAÇÕES E GREVES

JUVENTUDE

Analfabetismo compromete futuro da próxima geração

pág.2

PARTIDO

Alckmin, pra que te quero?

pág.4

NACIONAL

Trabalho escravo, o maior patamar neste século

pág.9

INTERNACIONAL

Povo ucraniano é feito refém no conflito político-militar

pág.11

Que futuro nos espera?

Aumenta em 66% o número de crianças analfabetas no Brasil

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) revela que em 2021 mais de um milhão de crianças estão na lista dos que não sabem ler nem escrever. Fato que guarda relação direta com a taxa de escolarização que vem caindo em todas as faixas etárias, neste caso com destaque entre 5 e 9 anos, onde a evasão subiu 171%. Por que isso acontece?

A educação infantil e o primeiro fundamental são as etapas mais prejudicadas pelo ensino remoto, que além de precário e excludente, inviabiliza completamente o aprendizado das crianças, sobretudo com a falta

de mediação e acompanhamento de professores e monitores. A ideia era que os pais ajudassem em casa. Como, se a maioria trabalha em jornadas extensas, enfrentando a carência de alimentos e a informalidade crescente?

A falta do ensino presencial, associado à degradação da vida do povo, é um dos principais motivos para o aumento da evasão e do analfabetismo. E ainda tem dirigente sindical e estudantil que defende ficar em casa e continuar o ensino à distância. Para piorar, os novos cortes na educação mostram o que todos já sabem: o governo não quer reverter

esse cenário e joga no caos.

Durante a pandemia, governos aproveitaram para passar a tesoura na educação. Falamos de suspensão de merendas e transporte escolar, do fechamento de turmas, turnos, ou até escolas inteiras. Tudo segue o plano de Bolsonaro, que cortou mais de 740 milhões da educação. É um governo criminoso que tira o direito ao ensino de milhões de jovens. Ele pretende criar uma geração de jovens que não aprendeu a ler, não sabe pensar, que não terá formação para buscar um futuro digno e empregos com direitos.

A resistência contra todo esse

tempo perdido começa a aparecer na volta às aulas já no início do ano. É o que vemos nos protestos de exigência do retorno presencial das aulas, como no colégio Pedro II (RJ), na Faculdade FGV (SP) e no Instituto Federal em Salvador (BA). Na defesa do presencial, cabe exigir bolsas estudantis, passe livre, testagem em massa, contratação de professores, dentre outras medidas essenciais. São questões que a UBES está chamada a discutir no seu Congresso Nacional (maio, em Brasília). Reerguer a educação pública só será possível com muita luta na rua.

Katrina

UFRGS: volta às aulas sem R.U.

Estudantes se mobilizam pelo retorno presencial

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) decretou retorno presencial das aulas de forma gradual e restrita para 7 de março.

Com data definida a reitoria, além de jogar a responsabilidade de como vai se dar o retorno para as COMGRAD's (Conselhos de Graduação), deliberou a volta com todos os Restaurantes Universitários (RU's) fechados.

Após pressão dos estudantes por respostas, a universidade enviou um formulário de marmitas e no final de janeiro, depois de adiar pela terceira vez a data do retorno presencial em cima da hora, informou que abriria apenas um dos RU's - o do campus Saúde - com teto de 56 estudantes, apenas 18% da capacidade total. Além de ser um limite minúsculo considerando a demanda, desconsidera totalmente os estudantes que

precisam cursar disciplinas em outros campi, distantes do centro da cidade, onde o mesmo está localizado.

O caminho é a mobilização!

É responsabilidade dos governos e das universidades garantirem que o retorno aconteça por meio da reabertura dos RU's e demais medidas de segurança, como testagem, EPI's, contratação de professores, melhoras de estrutura etc. Na UFRGS, a

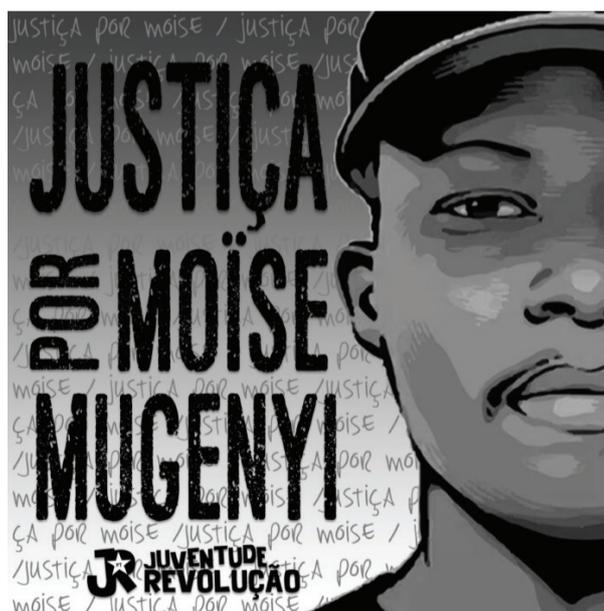
Juventude Revolução do PT está organizando reuniões amplas para exigir tais medidas, com panfletagens e assembleias nos cursos. No curso de Enfermagem, uma reunião de estudantes resultou em um documento com exigência de retorno e medidas para o mesmo, com definição de atividade presencial para dar continuidade na mobilização. Não há tempo a perder.

Márcia

Até quando, até quantos?

Möise, Durval, Yago... chega de assassinatos, queremos viver!

A morte de Möise Mugenyi, espancado e assassinado com pauladas, após ser amarrado e sufocado, escancarou a brutalidade e violência da qual os jovens negros estão expostos no Brasil. Möise, imigrante congolês de 24 anos, teve um fim trágico assim como milhares de jovens negros. Sendo brasileiros ou não, em nosso país, negros morrem diariamente. Möise, que foi apenas cobrar o que lhe era de direito - seu salário - viu sua vida sendo tirada à covardia. Esta mesma covardia esteve representada no caso Durval, morto por um militar da Marinha que o "confundiu" com um bandido, quando Durval voltava do trabalho e procurava em sua mochila a chave de sua casa. O militar atirou e matou-o. Em menos de um ano da Chacina do Jacarezinho, ação policial mais letal da história, estampamos nos jornais a brutalidade da morte de Möise. E, infelizmente, não para por aí! Enquanto escrevamos



esta matéria, outro jovem, Yago dos Santos, de 21 anos, foi assassinado por um policial em frente às barcas de Niterói, enquanto vendia balas para sobreviver, também "confundido" com um bandido.

Os casos de Möise e Yago se encontram. Jovens negros jogados à precarização do trabalho, fruto da

reforma trabalhista de Temer, que aprofundou o número de desemprego da juventude. A juventude que está sem escola, sem direito a acesso aos espaços públicos com cultura e lazer de qualidade, confrontada com a fome, precisa ir às ruas com balas para vender, trabalhar em quiosques, lavar carros, trabalhar com entregas para ajudar a complementar renda em casa. Na rua, esses jovens se tornam alvos fáceis para a violência das polícias, do tráfico e das milícias.

Ninguém aguenta mais

A Juventude Revolução do PT, que esteve nos atos que exigiam justiça por Möise, quer fazer o combate para sairmos desta situação. É uma questão de sobrevivência da juventude brasileira.

É urgente construir um futuro digno, e para isso, precisamos tirar o quanto antes o governo Bolsonaro. Não queremos mais Moises, Durvais

e Yagos como parte contínua da realidade dos pretos neste país.

É preciso retomar as mobilizações nas escolas e bairros. É preciso fortalecer a luta pela desmilitarização das PMs, organizar a juventude para exigirmos a revogação da reforma trabalhista, a retomada das aulas presenciais e, nos locais que já foram retomadas, a exigência de merendas, materiais de qualidade, medidas de proteção contra Covid, investimento dos governos.

Precisamos exigir programas de emprego com carteira assinada e com direitos para todos os jovens.

Muita coisa precisa ser mudada e será. A resistência deve continuar. Assim como fomos às ruas nos atos Fora Bolsonaro, nos atos contra a Chacina Jacarezinho e, agora, exigindo justiça para Möise. Ninguém aguenta mais este sistema que nos empurra para o abismo e tira nossas vidas. Exatamente por isso, a JR do PT estará nas lutas ajudando a organizar a resistência.

Jeffei

Na luta, os trabalhadores dão o seu recado

O ano começou, na mídia, marcado por movimentos de cúpulas políticas rumo às eleições de outubro, alianças, federações e candidaturas. Com as pesquisas indicando favoritismo de Lula contra Bolsonaro, a polarização não permite, até agora, uma "3ª via". No povo há expectativas de mudança na vida difícil, com a volta de Lula à presidência.

O que a mídia não diz e as cúpulas não querem notar, é o que se mostra na luta direta dos trabalhadores.

Em janeiro e fevereiro, várias categorias de servidores e estatais, mas não só, fizeram mobilizações e greves. Os trabalhadores da Eletrobrás por 17 dias cruzaram os braços contra a privatização em defesa de seus direitos. Os servidores municipais e os trabalhadores da empresa pública de limpeza de Florianópolis, com uma greve de massas – a 1ª do ano – em sete dias derrotaram as ameaças e a política do prefeito do DEM, obrigando-o a recuar e obtendo a vitória.

Sim, teremos eleições decisivas para a nação em menos de oito meses, mas até lá teremos muita luta por salários e direitos, já em março (ver pág. 7).

Enquanto isso Bolsonaro, com a conivência das instituições, segue livre, leve e solto.

O ministro Facchin, que assume a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), explicou sua visita a Bolsonaro para

convidá-lo à posse, como "gesto" que tem "a mão estendida, eu espero reciprocidade" (FSP, 17/2). A CPI da Covid deu em nada, as intimações e "prazos" do Supremo Tribunal Federal (STF) deram em coisa nenhuma, como a centena de pedidos de impeachment no Congresso.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a privatização da Eletrobrás, uma falcatrua, cujas regras ele mesmo havia questionado.

E as organizações dos trabalhadores, fazem

VITÓRIA DA GREVE EM FLORIANÓPOLIS MOSTRA O CAMINHO

o quê? O PT se enredou na discussão da Federação com o PSB, cujo presidente, Carlos Siqueira, diz agora que foi empurrado ao erro quando 29 dos 32 deputados (!) do PSB votaram pelo impeachment (Uol, 17/2). Erraram e continuam errando! Parlamentares, governos municipais e estaduais do PSB aplicam a política do golpe. O Diálogo e Ação Petista se mantém em campanha de moções à presidente Gleisi contra a Federação com o PSB.

O PT está também atrás de alianças cujo ápice é propor Alckmin como vice, com outros setores golpistas pró contrarreformas de Temer-Bolsonaro.

Ora, a luta dos servidores, dos professores pela aplicação da lei do Piso, dos trabalhadores das estatais, não encontra guarida nestes "aliados". Alianças são necessárias, mas comprometidas com a reconstrução e a transformação da nação em benefício da maioria oprimida, o que passa pela ruptura com a dominação imperialista que regeu o impeachment e a prisão de Lula.

Agora, e já, é fortalecer as lutas concretas. A mobilização dos trabalhadores é que dará a última palavra, retirando do Planalto Bolsonaro e sua política, e abrirá caminho à soberania popular, com a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana. Um novo governo encabeçado pelo PT, com Lula presidente, pelo que lutamos, poderá avançar assim na recuperação, como os direitos trabalhistas e previdenciários, e em novas conquistas, como as reformas agrária, judiciária, militar e da mídia.

Este jornal se engaja no debate presencial promovido pelo DAP com lideranças nacionais, sindicalistas e intelectuais, dia 19 de março em São Paulo: "A crise das instituições políticas, sociais e econômicas e a Constituinte Soberana" (ver pág. 5).

NOTAS

Aumento da população de rua em São Paulo

Sem recursos para pagar aluguel, mais e mais famílias passam a viver nas ruas. A prefeitura de São Paulo publicou (21/1) os dados do seu "Censo da População em Situação de Rua".

Os números confirmam a percepção geral: explodiu o número de pessoas que moram nas ruas da capital paulistana.

Segundo os dados são 31.884 pessoas que não tem onde morar e dormem nas ruas da cidade. O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, contestou os números, pois seriam bem maiores, "esse censo é uma mentira". Darcy da Costa, do Movimento Nacional da População de Rua, também questionou, "não reflete a realidade".

Há um ano, o Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo estimava em 66 mil pessoas essa população e de lá pra cá - todos concordam - a situação só piorou.

Salários: 3 anos sem reajuste

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE, divulgou dados no último mês que mostram o achatamento dos salários nos últimos 3 anos. De acordo com o instituto, os reajustes salariais são menores do

que a inflação todo esse período, em média.

Segundo os dados, o piso salarial dos trabalhadores formais no Brasil é de R\$ 1.332 em 2021. Aumento de 4,5% em 1 ano. O vale-refeição tem o valor médio de R\$22, 0% de reajuste no período. E o vale-alimentação é de R\$ 280, 1,8% de aumento no ano. Mas a inflação oficial bateu 10,06%.

Por essas e outras (como o aumento do trabalho desregulamentado), apesar da diminuição de 1,6% no desemprego oficial, a massa salarial não aumentou, diminuiu. Ou seja, embora tenha mais gente trabalhando, a quantidade de dinheiro que os trabalhadores recebem é menor. Foi menos 4,6% no último trimestre de 2021 e menos 11,1% em 12 meses. É o salário da fome.

Já o Bradesco lucra bem!

Famílias nas ruas, salários achataados e o Bradesco pagará R\$ 4 Bilhões em bonificações a seus acionistas nesse início de ano frente aos "exce-lentes resultados" que tiveram em 2021. O banco conseguiu esfolar de seus mais de 70 milhões de clientes (e ganhar nos mercados financeiros) um total de R\$ 21,945 bilhões. 30% a mais de lucro do que obtiveram em 2020.

Memória

KASSAB É VAIADO NA FESTA DE 32 ANOS DO PT

O destaque da festa dos 32 anos do PT, dia 10 em Brasília, foi a constrangedora vaia ao prefeito Kassab (PSD), de São Paulo, cotado para a aliança por Lula e boa parte da cúpula. (...) No dia anterior, o Diretório Nacional terminou sem adotar uma resolução. É que não foi fácil costurar um texto de aplauso a Dilma pela concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, três dias antes. Uma emenda de Markus Sokol questionou o "equivocado processo de privatização do sistema aeroportuário. (...) Condenada pela CUT, pela Federação da Aviação Civil, e pelo Sindicato dos Aeroportuários, a concessão traz confusão à nossa base social, e esvazia os compromissos do partido nas últimas eleições".

O Trabalho nº 706 - 29/2/2012

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho



PT, a volta por cima

Novo clima no 42º Aniversário do Partido dos Trabalhadores

Dia 10 de fevereiro o PT comemorou seu aniversário de fundação em alto astral. As perseguições feitas ao partido, a Lula e outros dirigentes estão sendo rechaçadas.

O juiz Moro é amplamente reconhecido pela suspeição, o inominável presidente tem dificuldade de tripudiar como era hábito, e a degradação das condições de vida leva o povo trabalhador a querer mudar. O jogo não está ganhando, mas o “jogador” PT do time popular está na ofensiva.

Semanas antes, a última pesquisa do Data Folha registrou 28% de intenções de voto no PT, o melhor índice desde 2013. Ainda mais que os demais partidos são terra arrasada na pesquisa: PSDB e MDB aparecem empatados com 2% cada (o eleitor pode reconhecer políticos locais dessas agremiações, mas não os liga a partidos). Esses partidos, na verdade, estão empatados dentro da margem de erro com o PDT e PSOL que tem 1% cada na pesquisa. Triste, o PSB e o PCdoB não chegam nem a pontuar. Mas se vê na imprensa como falam grosso em exigências para



Lula, lendo então um texto, defendeu o “amor” em oposição aos “bens materiais”, uma marca da doutrina oficial do Vaticano, nem sequer da Teologia da Libertação. “A ganância destrói o planeta”. Perguntou “Jesus Cristo, por que não amamos uns aos outros?”, e dá-lhe “desigualdade” e “ganância” de novo. Não havia Estados, mercado ou classes nesta fala.

Lula disse coisas muito certas e denunciou o “racismo estrutural” no país.

Mas nós estamos entre os que, marxistas ou não, entendem que banqueiro é ganancioso porque é banqueiro, e não o contrário, e doações sociais não mudam o fato. O industrial é explorador porque tira seu lucro da força de trabalho alheia, não é por uma atitude exploradora que vira industrial.

Sim, é preciso erradicar a ganância e a exploração, mas é um processo mais ou menos complexo, é o objetivo da revolução ao tirar o poder de Estado dos grandes proprietários, acabar com isso. Não precisamos anunciá-lo todos os dias, mas não

uma “federação”, uma chantagem inaceitável!

Fala de Lula

O evento de aniversário transmitido na TVPT [https://www.youtube.com/watch?v=p_82sl5313g] teve Haddad, Dilma, Gleisi, entre outros, e Lula. Ninguém lembrou de falar de federação.

Abrindo com a galeria de líderes e intelectuais fundadores, Lula fez uma deferência à “figura extraordinária do ‘trotskista’ Mario Pedrosa”, filiado nº 1 do PT, que foi delegado da América Latina ao congresso de fundação da 4ª Internacional (1938). Após descrever as origens classistas do PT,

podemos reduzir a desigualdade a uma questão moral, temos que avançar socialmente sobre a grande propriedade privada. A história mostra que não há outro caminho, para reformistas ou para revolucionários (que não é o tema aqui).

Qual era o objetivo deste discurso de Lula, aparecer amplo o suficiente para um “consenso” nacional, ou agradar à Opus Dei (direita da igreja) de Geraldo Alckmin? Não sabemos.

Mensagem de Melénchon

De todo modo, o PT e Lula receberam muitas mensagens que estão no vídeo.

No bloco de vídeos internacionais de congratulação, entre o SPD alemão e o presidente Fernandez da Argentina, se destaca a calorosa mensagem de Jean Luc Melénchon, candidato presidencial da França Insubmissa (ver pág. 10). Ele referiu que com Lula “somos dois candidatos de ruptura”, e denunciou, acho que foi o único, a perseguição do judiciário brasileiro a Lula, conforme ao seu próprio programa presidencial que propõe uma Constituinte Soberana, e com o fato de ter sido o único líder francês que visitou Lula na prisão em Curitiba.

Markus Sokol

Alckmin, pra que te quero?

Alguém tem que falar oficialmente, ou a direção ou Alckmin

Nenhuma instância de direção nacional do PT discutiu esse assunto, ainda, mas a caravela vai alta em restaurantes e ambientes privados. Agora até em card (foto)! Nesse nível, por tanto tempo, seria normal no ex-PSDB, mas é novidade no PT, pega mal.

Para que é, então, não a opinião individual, mas a proposta de ter Alckmin de vice ou aliado, levantada por Lula em 14 de janeiro, após dois meses de notinhas na imprensa?

Para ganhar a presidência no 1º turno? Alckmin estava posicionado para governador em SP, mas não é mais candidato. Nesse ponto, lembremos o fiasco de sua tentativa presidencial nacional de 4,76% pelo PSDB em 2018.

Pergunta: quanto ele ainda agrega depois de perder a “máquina” em SP? E o quanto ele tira de Lula no 1º turno, aos olhos de um eleitorado frustrado com os “políticos todos iguais” (não é certo que todo ele acorreria no 2º turno).

Isso não é um jogo de soma zero, porque esse vice Alckmin passa uma mensagem de programa rebaixado.

Queremos passar essa mensagem?

Vice, aliado ou até ministro!

Há quem diga que ele pode não ser vice, só aliado, provável ministro da Agricultura de Lula, como saiu na imprensa. É certo que a direção do MST se deu por satisfeita, mas qual é a opinião dos milhões da agricultura familiar, dos próprios camponeses sem terra, qual a opinião da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, cujo presidente enviou um vídeo ao 42º aniversário do PT?

São questões eleitorais – é de eleições e 1º turno que estamos falando – críticas à hipótese Alckmin.

Mas não se pode desprezar o efeito no povo dos quase 16 anos que este homem governou o mais importante Estado e dos quais nunca fez uma avaliação: do arrocho dos professores, da invasão das PMs nas escolas secundárias, dos serviços e empresas privatizados e do escândalo do “trensão”.

Mudou o quê? Se ele vestir agora nas palavras, aquela jaqueta de falsidades – com os logos das estatais

BB, CEF, Petrobras, Correios e outras – que vestiu no 2º turno que disputou com Lula (em 2006), convenhamos, o povo não é bobo, o resultado será o mesmo desastre que o levou a ter menos votos do que tivera no 1º turno. O problema é que agora como vice ou aliado, vai respingar no nosso Lula, não nele.

As circunstâncias sugerem que a corte à Alckmin busca uma chapa de amplíssimo “consenso” contra Bolsonaro no 1º e no 2º turnos, na intenção do “caminho suave”. Mas não haverá caminho comum do PT com os defensores de todas as contrarreformas que teremos que revogar (trabalhista, previdenciária e reestatizações) para reconstruir o país, além das reformas populares a fazer para a sua transformação (judiciária, agrária, da mídia e militar).

Como se sabe no PT, este jornal



Lula e Alckmin em recente encontro em São Paulo

tem muito mais problema com Alckmin vice do que teve com o industrial José Alencar em 2002 – somos contra Alckmin vice. Frentes e alianças, somos muito a favor, com o caráter programático antiimperialista descrito. Ele pede do novo governo propor uma Assembleia Constituinte Soberana. Para isso, dirijamo-nos ao PCdoB, PSOL, lideranças populares e democráticas, e setores concernidos do PDT, PSB, e outros partidos. Com a elite e o capital financeiro é que não há caminho suave, aprendemos em 13 anos de governo.

MS



É POSSÍVEL BARRAR A FEDERAÇÃO COM O PSB

O DAP teve e continuará a ter um papel central na luta em defesa do PT

Diálogo e Ação Petista segue em sua campanha contra a presença do PT numa federação com o PSB. Nas instâncias do partido (quando se reúnem), em debates, divulgando a moção publicada no final de 2021, explicando pacientemente o que pode significar a Federação para o futuro do PT.

Esta luta, da qual outras forças do PT também participam e segue recebendo adesões, entra agora num momento decisivo. A prorrogação do prazo, pelo STF, de inscrição das federações para 31 de maio, que era um pedido dos partidos que comporiam a Federação (PT, PSB, PCdoB e PV), aparentemente não forneceu o gás para as articulações. Assim, é necessário aprofundar nossa campanha.

Com pronunciamento das instâncias, moções, abaixo-assinados. Foi o que fizeram os companheiros do PT de Sarandi (Norte do Paraná): a maioria do Diretório Municipal aprovou uma moção contra a Federação com o PSB (ver em petista.org.br).

Na Executiva do PT, murcha apoio à Federação

Foram duas reuniões da Executiva

Nacional em 8 dias, a última em 14 de fevereiro. É sensível uma mudança nos humores de vários dirigentes em relação à Federação com o PSB, repercutindo certamente um mau-humor mais embaixo.

Nessa última reunião, o processo de defecção da proposta ou fechamento de posição de grupos contra a Federação se aprofundou.

Segundo Markus Sokol, que representa o DAP na Executiva, “revelou-se um ‘desencanto’, uma certa racionalidade onde havia fantasias. Quem estava contra há uma semana agora está mais contra e alguns dirigentes da corrente majoritária já não estão tão seguros”.

“Se a votação fosse nesta última reunião”, avalia Sokol, “a proposta de Federação acho que não teria a maioria absoluta necessária. Mas ainda há muita água para rolar debaixo da ponte, e não dá para baixar a guarda”.

De qualquer forma, a prorrogação para 31 de maio pelo TSE do prazo final para a autorização ou não das federações a serem inscritas, não representou um alívio para seus defensores. Os motivos para isso são basicamente três:

1 os pronunciamentos inaceitáveis de líderes do PSB nos estados – o governador Casagrande do ES recebendo Moro, Márcio França chantageando em São Paulo contra a candidatura Haddad ao governo, e o deputado Júlio Delgado de MG refugando a “contradição da Federação” e que “tá barato”;

2 as exigências descabidas da cúpula e da bancada federal do PSB (decisão por 3/4 ou 2/3 na nova direção, candidaturas natas, reeleição dos prefeitos em 2024 etc.);

3 e a compreensão cada vez mais clara de que a Federação não apresentará um verdadeiro avanço significativo.

Em sua fala na reunião, Sokol citou outra vez estudo do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) para refutar o entusiasmo dos pró-federação: “É uma fantasia dizer que os partidos dessa federação vão eleger 160 ou 180 deputados federais. Segundo o DIAP, juntos poderiam subir com a distribuição de sobras eleitorais dos atuais 95 do PT-PSB-PCdoB-PV para 110 no máximo, e se somar PSOL-Rede (que não estão nessa federação!),

chegaria à 120. Isso nem chega perto dos 308 necessários para uma PEC de reconstrução ou transformação, nem mesmo dos 171 votos para segurar um impeachment”.

Sokol classificou as exigências do PSB de “chantagens que o PT não pode aceitar. Não surpreende da parte de quem não apoiou Lula no 1º turno desde os anos 80, e votou na sua maioria pelo impeachment e várias contrarreformas”.

E de resto...

Nesta última reunião, o ponto da ordem do dia era a Federação. Na reunião anterior, com pauta mais extensa, foram dados vários informes (42º aniversário do PT, comitês populares de luta e federação, entre outros; nada sobre Alckmin).

Ressalte-se que o Diretório Nacional reuniu-se pela última vez em 16 de dezembro e ainda não está marcada nova reunião.

Não há, portanto, decisão no horizonte sobre a Federação. A campanha com a moção contra a Federação com o PSB, lançada pelo DAP em dezembro, dirigida à presidente Gleisi, continua!

“JOGA O PT PRA BAIXO”, DIZ GENOÍNO

O tema federação tem levado à realização de vários debates, o que demonstra a preocupação dos militantes petistas. Os debates servem para esclarecer não apenas os aspectos técnicos da dela, tal como o TSE a regulamentou, mas principalmente os problemas políticos que podem atingir o PT.

Em debate híbrido promovido pelo DAP de Mato Grosso, em 5 de fevereiro, participaram como expositores

José Genoíno, ex-presidente nacional do PT, e Julio Turra, do Comitê Nacional do DAP.

“Essa federação joga o PT pra baixo”, afirmou Genoíno, “rebaixa o programa do PT”. Na mesma linha, Turra ressaltou que é preciso se adotar um programa de reconstrução do país e questionou: “Será que o PSB, que apoiou todas as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, aceitaria um programa assim?”

O apodrecimento das atuais instituições e a necessidade de reformas profundas foram questões ressaltadas também no debate promovido pelo diretório municipal do PT de Campinas (SP).

Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP e uma das debatedoras, defendeu a convocação de uma Constituinte Soberana, “que dê a palavra ao povo”, como condição para a efetivação dessas tarefas.

CASSAÇÃO AMEAÇA VEREADOR DO PT



Vereador Renato Freitas, do PT de Curitiba, pode ter seu mandato legítimo cassado.

Uma grosseira manipulação de informações foi posta em andamento.

No dia 5 de fevereiro, houve manifestações em muitas cidades em repúdio ao brutal assassinato do jovem congolês Mõise, no Rio de Janeiro.

No ato de Curitiba, os manifestantes

entraram na igreja do Rosário, depois que a missa terminou, quando não havia mais ninguém presente em seu interior. Houve algumas falas denunciando o crime e o racismo estrutural, e só.

Mas foi o que bastou para que a mídia, a Cúria e os políticos de direita armassem um carnaval. Termos como “invasão da igreja”, “interrupção de missa” e “profanação” ocuparam as manchetes.

Na Câmara, vereadores bolsonaristas e de outros matizes da direita, que são a maioria, usaram o fato como

pretexto para iniciar o processo de cassação.

Não é a primeira vez: Renato tem sido perseguido por suas posições (e por ser negro) desde que assumiu o mandato.

O vereador tem consciência de que o processo é político e sabe dos riscos. Mas não se entrega. Ele tem a solidariedade dos movimentos negros e quer lutar até o fim.

Desde o início do episódio, o DAP denunciou a manipulação e manifestou sua solidariedade a Renato, em defesa de seu mandato legítimo.

CONSTITUINTE EM DEBATE

O DAP promove no dia 19 de março, em São Paulo, um debate presencial sobre a crise das instituições e a Constituinte Soberana. O debate, com início previsto para as 17 horas, na Quadra dos Bancários, será transmitido pelas redes.

O DAP tomou a iniciativa de abrir essa discussão em meados de 2021, lançando um caderno com vários textos sobre o tema e promovendo um ciclo de debates, que foram realizados em muitas cidades do país.

O caderno, com sua primeira edição esgotada, foi reimpresso e está sendo vendido a um preço menor (R\$ 3,00).



“Conclat só teve uma, a que decidiu fundar a CUT”

Fórum das centrais sindicais convoca “Conclat” para 7 de abril

Neste ano, que começou com a retomada de mobilizações e greves por aumento de salários, sobretudo no setor público, mas também em empresas privadas, diante da contínua alta de preços e perdas salariais acumuladas, a executiva nacional da CUT faz sua primeira reunião (virtual) em 24 de fevereiro.

Entretanto, o Fórum das Centrais esteve bastante ativo nesse início de ano, adotando notas públicas, como sobre o tema da reforma trabalhista (ver OT 895) e iniciativas. Uma delas é a da realização de uma “Conclat” – conferência nacional da classe trabalhadora – em 7 de abril. Sua convocatória, assinada por dirigentes de dez centrais (7/2), indica que ela se dará no “formato híbrido (presencial e virtual) em São Paulo e nela será lançada a Pauta da Classe Trabalhadora 2022 (em elaboração)”. Pauta que será “entregue aos candidatos/as à Presidência da República e ao Congresso Nacional”.

O título deste artigo reproduz a reação de um membro da executiva nacional da CUT, ao saber desse novo “prato feito” do Fórum das Centrais, e ele tem razão: Conclat só teve uma, aquela que em 1981 decidiu a fundação da CUT, com delegados eleitos

em todo o país.

A “nova” Conclat, que é o termo usado pela Força Sindical em seu site e também pela CTB, que vai além, dizendo ser a “3ª Conclat” (a 2ª teria sido o ato de centrais feito no Pacaembu em junho de 2010), são, na verdade, manipulações da história a serviço de uma política de “consenso permanente” entre cúpulas de centrais, como se elas fossem a “direção do movimento sindical”.

E o protagonismo da CUT?

Na última plenária nacional da CUT (outubro 2021) se aprovou a elaboração de uma plataforma da central para incidir, a partir das reivindicações da classe trabalhadora, no debate eleitoral deste ano, em particular em direção à candidatura de Lula, que tem na base cutista um importante ponto de apoio, como todos sabemos.

Mas a luta concreta por salários, em defesa de direitos e conquistas, contra os ataques do governo Bolsonaro, não pode esperar até outubro, ela é agora e precisa da presença ativa dos sindicatos. Estão aí as lutas por aumento emergencial de salários no setor público, contra as privatizações (ver pág. 7), as campanhas salariais

do período.

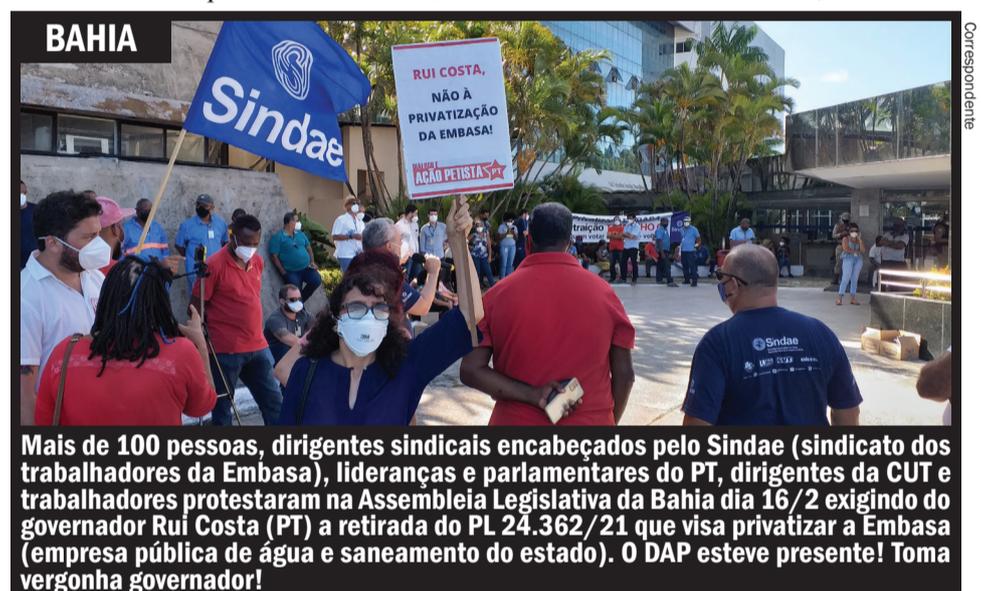
A responsabilidade da CUT é a de impulsionar essas lutas, que inclusive são o melhor terreno para o “Fora Bolsonaro” e alimentam o debate eleitoral. Para cumprir esse papel, a CUT não pode diluir-se no Fórum das Centrais e contentar-se com uma “pauta unitária” voltada para o que o próximo governo deve fazer em 2023.

O que não quer dizer que a CUT não deva ter a sua própria plataforma para as eleições e que a agite de forma independente. Afinal, a

“Conclat” de 7 de abril não é uma conferência deliberativa com delegações eleitas, muito menos vai criar uma nova “super central”, mas apenas um ato para selar um consenso obtido entre as cúpulas.

É preciso que a CUT retome o seu protagonismo na luta de classe. O que passa por discutir em suas instâncias as propostas a serem levadas, seja ao Fórum das Centrais, seja aos seus parceiros do movimento popular. E não o inverso, como vem ocorrendo.

Julio Turra



Mais de 100 pessoas, dirigentes sindicais encabeçados pelo Sindae (sindicato dos trabalhadores da Embasa), lideranças e parlamentares do PT, dirigentes da CUT e trabalhadores protestaram na Assembleia Legislativa da Bahia dia 16/2 exigindo do governador Rui Costa (PT) a retirada do PL 24.362/21 que visa privatizar a Embasa (empresa pública de água e saneamento do estado). O DAP esteve presente! Toma vergonha governador!

Correspondente

Almoço indigesto para as mulheres trabalhadoras

Reunião promovida por Marta Suplicy não é por onde vai passar nossa luta

Uma reunião de mulheres, incluindo almoço, no luxuoso apartamento de Marta Suplicy, em janeiro, adotou uma carta aberta “À nação, a presidenciáveis, a candidatas e candidatos ao executivo e ao legislativo”, assinada por 33 mulheres presentes, entre elas a presidente do PT Gleisi Hoffmann.

Uma carta a ser apresentada a todas as candidaturas? Como assim? A única candidatura na qual a classe trabalhadora, incluindo as mulheres trabalhadoras, pode se apoiar para desfazer todos os ataques e ter novas conquistas é a de Lula!

Dessa reunião, organizada pela ex-senadora Marta Suplicy, que votou a favor do golpe contra Dilma, saiu do PT e foi para o MDB de Temer, cujo governo iniciou uma série de ataques aos direitos das mulheres, aprofundados por Bolsonaro, boa coisa não podia sair. E não saiu! Mesmo se apresenta algumas questões concretas que dizem respeito às mulheres em geral, não toca em

problemas fundamentais que afligem a mulher trabalhadora.

Somos mulheres, mas em diferentes trincheiras

Juntando “alhos com bugalhos” na reunião estavam presentes, além da presidente do PT, lideranças do movimento de moradia, até a ministra do STF Carmem Lúcia, passando por Cláudia Costin, que trabalhou no governo de FHC e no Banco Mundial.

Marta Suplicy propor um documento que não toca nas principais questões que dizem respeito à vida da mulher trabalhadora não surpreende. A questão é o PT juntar-se a esta iniciativa, que confunde as militantes do partido, que lutam todos os dias nos locais de trabalho, nas escolas, nos sindicatos e nos movimentos sociais. Não é a mesma trincheira de várias mulheres presentes à reunião.

Como é possível falar em interesse das mulheres trabalhadoras

sem exigir a garantia dos direitos trabalhistas para as empregadas domésticas?

O Brasil é o país que tem o segundo maior número de empregadas (os), domésticas (os). São mais de seis milhões, sendo (92%) de mulheres, entre as quais 65% são negras.

Apesar da PEC 72 (direitos das domésticas) ter sido sancionada em 2015 pela presidente Dilma - o que foi objeto de ira dos que estiveram nas ruas pedindo o impeachment - dados do IBGE mostram que em 2020 75% das domésticas não tinham registro na carteira de trabalho.

Como é possível falar em interesse das mulheres trabalhadoras, sem exigir trabalho igual/salário igual? No Brasil uma mulher ganha, para o mesmo trabalho, 30% a menos que um homem, e as negras 44% a menos que os homens brancos!.

Como é possível falar em interesse das mulheres trabalhadoras sem tocar na questão do direito ao aborto

que mata centena de milhares que não têm acesso às clínicas particulares e seguras? Por exigência da ministra Carmen Lúcia, esta questão não entrou no documento!

8 de março vem aí!

Exigir a revogação das contrarreformas trabalhista e da previdência que prejudicaram ainda mais as mulheres da classe trabalhadora; garantir a igualdade salarial, direito ao aborto, estas são nossas reivindicações. Nada a ver com a carta que saiu da reunião patrocinada por Marta Suplicy. O “conglomerado” feminino que assina a carta é fria! Nele não tem lugar a mulher trabalhadora, cuja luta só pode se desenvolver com sua própria classe.

Este é o conteúdo do 8 de Março, Dia Internacional de luta da mulher trabalhadora, data em que iremos às ruas levantar nossas reivindicações. Aí está nossa trincheira na luta contra a opressão das mulheres!

Lili de Souza

Greve vitoriosa em Florianópolis!

União de servidores e trabalhadores da limpeza impõe recuo ao prefeito

Em 9 de fevereiro iniciou-se a greve unificada dos trabalhadores da Comcap (empresa municipal de limpeza urbana) e servidores municipais da Saúde, Educação, Assistência Social e outros setores da prefeitura, dirigida pelo Sintrase (sindicato que os representa).

Foram sete dias de greve, enfrentando o prefeito Gean Loureiro (DEM) que pediu à Justiça a demissão e prisão de dirigentes do sindicato, além de multa de R\$ 300 mil por dia parado. Diante dessas ameaças, entidades locais e de outros estados enviaram moções às autoridades e à Justiça da capital catarinense exigindo respeito ao direito de greve e dando solidariedade ao Sintrase.

No dia 16, uma assembleia lotada aprovou a proposta saída de negociação intermediada pela Justiça do



Assembleia de servidores vota acordo que representou uma vitória

Trabalho e votou pelo retorno ao trabalho em clima de vitória.

Os resultados da greve

O prefeito queria "rasgar" o acordo coletivo da Comcap, mas ele foi renovado até novembro. Além disso, se dá um freio na terceirização da coleta de lixo, que Gean queria generalizar,

mantendo-a só nas regiões em que já existe, o que dá alento para seguir na luta para eliminá-la de vez.

Os servidores municipais arrancaram o pagamento da 1ª parcela do Plano de Carreiras no próximo salário. Para os professores foi dada a garantia da aplicação do Piso Nacional do Magistério (33,2%) para os

que ainda não o recebem, e as promoções voltam a ser pagas.

O acordo inclui nenhum desconto dos dias parados, nenhuma punição, readmissão dos afastados e retirada das multas estabelecidas pela Justiça, numa clara derrota do intuito do prefeito de atacar o direito de greve e destruir o Sintrase.

O que se deve à união dos servidores e trabalhadores da Comcap, construída pela direção sindical, à determinação dos grevistas e ao apoio que receberam da população.

O presidente do Sintrase, Renê Munaro, ao colocar em votação a proposta disse: "Quem sai daqui com a cabeça erguida?". Todos, é claro, que deram um exemplo para o movimento sindical de que vale a pena lutar.

João B. Gomes

Setor público em luta contra o arrocho salarial

Campanha ganha corpo com mobilizações e greves em todo o país

Depois de anos com salários e benefícios sociais congelados, servidores e empregados públicos engatam campanha para recompor as perdas. Somente em 2021, a inflação pelo IPCA foi de 10,06%. Nos três anos do governo Bolsonaro foi de 19,99%. E isso diante da alta dos preços de produtos de primeira necessidade, como alimentos e gás de cozinha, que corrói diariamente os salários de todos os trabalhadores.

Tomando como ponto de apoio a vitória obtida ao final de 2021 na campanha unitária que barrou a reforma administrativa (PEC 32), vários setores reatam com movimentos por reposição salarial. As entidades nacionais dos municipais, estaduais e federais filiadas à CUT impulsionam a campanha com calendário unificado e buscam a unidade na ação com as demais centrais. Em 2 de fevereiro, início do ano

legislativo, atos unificados ocorreram em várias pontos do país e greves já ocorrem, especialmente no âmbito municipal (ver acima).

Os índices reivindicados são diferenciados, pois prefeitos e governadores anunciaram reajustes, desde que terminou em dezembro o congelamento imposto pela Lei Complementar 173/2020 (a "granada" que Paulo Guedes colocou no bolso dos servidores). Além disso, o governo foi obrigado a reconhecer o reajuste de 32,24% para o piso salarial nacional do magistério. (ver abaixo).

Estatais: Eletrobrás, Ebserh, Conab

Além do arrocho, o governo Bolsonaro adota medidas para enfraquecer as empresas públicas visando a sua privatização ou extinção.

Na Eletrobrás o rebaixamento do plano de saúde e o avanço da privatização levaram os trabalhadores a

iniciar em 17 de janeiro uma forte greve na usina de Furnas (MG), que durou 22 dias e se estendeu para as demais empresas do sistema. Ela só foi suspensa por proposta do Tribunal Superior do Trabalho para a retomada de negociações. Na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) estão pendentes os acordos coletivos de trabalho (ACTs) de 2020 e 2021. Em meio à pandemia e num setor diretamente ligado ao tratamento dos infectados, o governo Bolsonaro quer reduzir o adicional de insalubridade como condição para concluir as negociações, o que a categoria não aceita.

Na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), são os ACTs de 2019, 2020 e 2021 que estão parados. Nesse caso, a tentativa do governo é de acabar com o Sistema de Atendimento à Saúde - conquista histórica e direito adquirido - além de mais um



Trabalhadores da Conab na mobilização de 10 de fevereiro

ano de congelamento salarial.

Em 10 de fevereiro, um dia de luta na EBSEH e na Conab mobilizou as unidades em todo o país, demonstrando a disposição dos trabalhadores. Em março, estão previstas mobilizações no dia 8 (Dia Internacional da Mulher) e 16, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Edison Cardoni

Luta pelo piso e reajuste salarial na Educação

Prefeitos e governadores enrolam para não aplicar a Lei do Piso

Os profissionais em educação das redes públicas finalizaram 2021 enfrentando os ataques do governo Bolsonaro contra o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o Piso Nacional do Magistério.

A Lei 11738/2008, a "lei do Piso" adotada no segundo governo Lula, continua em vigor e determina o pagamento de um piso salarial para professoras e professores com formação em nível médio e jornada

máxima de 40 horas; com correção anual baseada no reajuste do custo aluno do Fundeb.

A pressão da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE filiada à CUT) e de seus sindicatos forçou Bolsonaro a anunciar, em janeiro, o reajuste do piso em 33,24%, o que o leva a R\$ 3.845,63.

Ocorre que governadores e prefeitos se apressam em declarar falta de recursos para pagar o piso, enquanto

os salários seguem rebaixados pela inflação. Mas eles omitem o fato de que o piso não foi reajustado em 2021, além de muitos deles distorcem a sua aplicação, alegando que a União deve repassar recursos aos estados e municípios ou que a EC 95 congelou investimentos públicos por 20 anos.

Assim, mesmo com aumento de arrecadação, muitos municípios não cumprem a determinação constitucional de investir 25% do orçamento

na Educação. E mesmo naqueles em que se aplica a Lei do Piso, os salários estão defasados frente à inflação.

A CNTE e seus sindicatos estão convocando um Dia Nacional de Mobilização para 16 de março, visando reforçar campanhas salariais da educação em todo país e ampliar a unidade com os demais trabalhadores do setor público por aumentos salariais de emergência.

Nelson Galvão

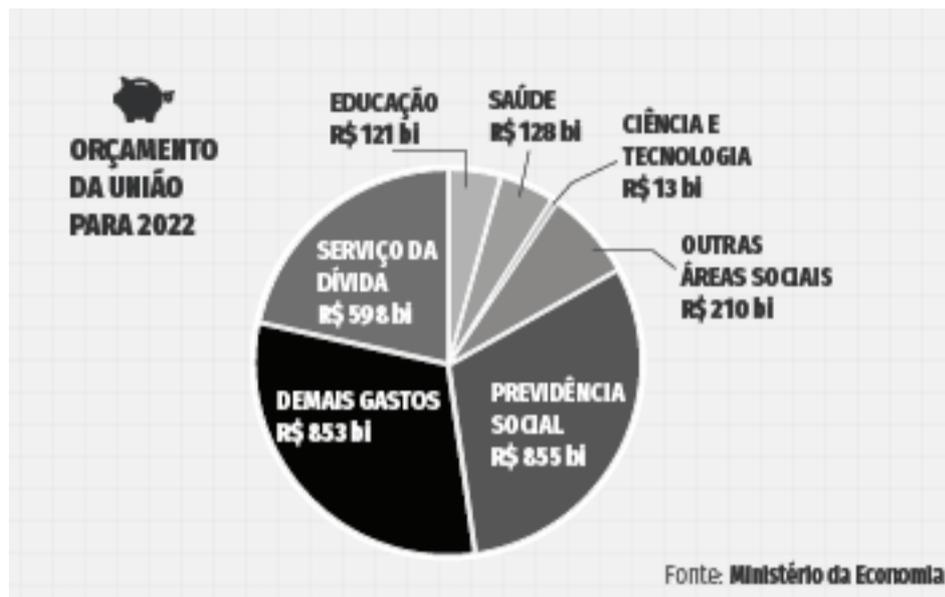
Orçamento 2022 aprofunda cortes sociais

Programas dos Ministérios da Educação e Previdência e Trabalho foram os mais atingidos

A Lei Orçamentária de Bolsonaro, aprovada nos últimos dias de 2021 pelo Congresso, conta gastos correntes de quase R\$ 2,8 trilhões, sendo quase R\$ 600 bilhões para o pagamento de juros da dívida. As áreas sociais sofreram pesados cortes, impostos pelo teto de gastos da Emenda Constitucional EC-95 (que congela gastos), ainda que esticado pela alteração de seu cálculo (usando a alta inflação de 2021 ao invés de 2020), mudança eleitoreira de Bolsonaro conforme a EC-113.

Esta e a EC-114, que prorrogou pagamento de dívidas judiciais do Estado (precatórios), garantiu ao menos os R\$ 89 bilhões ao programa Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família. Garantiu também aumento de emendas parlamentares, que atingiram quase R\$ 38 bilhões, R\$ 16,5 dos quais compoem o Orçamento Secreto ("emendas do relator").

E, para piorar, ao sancionar tal Lei Orçamento da União em janeiro deste ano, Bolsonaro vetou outros



R\$ 3,2 bi. Mais da metade desses novos cortes foram nos programas dos ministérios do Trabalho & Previdência e da Educação.

Na Educação, o veto proíbe o gasto de R\$ 22 milhões para compra de veículos de transporte escolar. O fomento às ações de graduação,

pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão perdeu R\$ 4,2 milhões.

Também foram atingidas as pastas do Desenvolvimento Regional, da Cidadania e da Infraestrutura. Até a Saúde, central no combate à pandemia do novo coronavírus, teve corte de R\$ 74,2 milhões. A Fiocruz,

responsável por pesquisas de desenvolvimento tecnológico em saúde, incluindo a produção da vacina contra a Covid, perdeu R\$ 11 milhões. Os cortes ainda atingiram ações e programas como o saneamento básico para comunidades quilombolas e a prevenção de incêndios florestais.

Menor Investimento

No orçamento há despesas obrigatórias e discricionárias. O Teto é a todo o orçamento. Portanto, conforme os gastos obrigatórios crescem com o passar dos anos, as despesas discricionárias são esmagadas. E nelas está o investimento público. Assim, investimentos em infraestrutura, construção de escolas, postos de saúde etc, será por volta de R\$ 44 bilhões. Como proporção do PIB, é o menor investimento público da história do Brasil. Em 2012, seu valor chegou a R\$ 200 bilhões. No ano passado, foram R\$ 48 bilhões.

Alberto Handfas

Pandemia: país tem a maior taxa de mortalidade

Governo é responsável e trabalhadores são pressionados a trabalhar mesmo contaminados

A Covid-19 encontrou no Brasil as condições propícias para infectar e matar, principalmente os pobres e pretos.

A desigualdade social, onde poucos têm tudo e a maioria não tem absolutamente nada, somada a um governo que nega e trabalha contra uma ação unificada e coordenada de combate à pandemia, à falta de acesso ao atendimento médico pela população e à demora na oferta de testes e vacinas, levou o país a maior taxa de mortalidade do mundo.

O Brasil, com 6,7% dos casos de Covid-19, é o responsável por 11% das mortes no mundo, de acordo com o Observatório Covid-19 da Fiocruz, uma mortalidade quatro vezes maior que a média mundial.

A pandemia matou 5,82 milhões de pessoas em todo o mundo e 412 milhões foram infectados, segundo o Our World. No Brasil, 27,5 milhões foram infectados e 639 mil morreram.

Um verdadeiro massacre, que poderia ser amenizado se o governo federal tivesse se preparado para o combate à pandemia, quando o vírus dava os primeiros passos na Europa e investisse nos centros de pesquisa nacional e nas universidades e não medisse esforços para adquirir vacinas, que se mostrou a maneira mais eficaz de combater a Covid-19. Em

vez disso, os militares que tomaram de assalto o Ministério da Saúde apostaram no negacionismo e o governo faz campanha contra a vacina.

Os testes são essenciais no combate à pandemia para "quebrar" a cadeia de transmissão. Mas o Ministério da Saúde cancelou a compra de 14 milhões de testes e das 41 milhões de doses da vacina Jansen recebidas pelo país. De acordo com relatório publicado pelo Ministério da Saúde, somente 9,2 milhões de doses chegaram no braço das pessoas enquanto 32,8 milhões estão paradas num galpão. O Ministério diz que as doses não foram ainda distribuídas pois "alguns estados solicitaram a suspensão do envio do imunizante devido a saturação da rede de geladeiras e freezers usados na armazenagem da vacina". Um escárnio com a saúde do povo brasileiro.

Hipocrisia capitalista!

Enquanto o governo cria dificuldades e senta em cima das vacinas, os patrões, que ganharam direito de demitir os não-vacinados, para evitar licença médica exigem que os trabalhadores continuem trabalhando, mesmo contaminados.

Depois de encurtarem o tempo de isolamento de 14 dias para 10 dias de afastamento do trabalho dos

contaminados ou com suspeita de contaminação, além de não custear o teste, os patrões estão pressionando os trabalhadores para evitar atestados, abreviar o tempo e antecipar a volta ao trabalho mesmo contaminados, sob a alegação que o quadro da Covid-19 provocado pela variante Ômicron é mais leve. Pressionados e com medo de perderem o emprego, muitos trabalhadores voltam ao trabalho.

As portarias 19 e 20 assinadas por Bolsonaro estabelecem medidas de prevenção e controle da transmissão da Covid-19 e reduziram o tempo de isolamento, mas não obrigam o retorno antecipado dos trabalhadores antes dos sete dias de isolamento para pessoas assintomáticas e com teste pago pelo empregador. É importante realçar que os trabalhadores devem continuar recebendo o salário e os dias afastados não podem ser descontados na folha de pagamento.

Se forem disponibilizadas e ao alcance de todos, a exigência da comprovação vacinal pode ser exigida?

Pesquisa divulgada pelo Datafolha em 17/2, mostra que 81% dos brasileiros são favoráveis a exigência do comprovante de vacina contra o Covid-19, para frequentar lugares fechados. As mulheres são mais decididas no apoio (87%) que os

homens (74%) e os ricos contrários ao Passaporte (28%), enquanto os pobres são 14%.

E quando a pandemia vai acabar e vamos voltar ao normal?

O tempo dirá, mas para o diretor da OMS, Tedros A. Chebreyesus, com uma taxa de 70% de vacinação da população mundial até o meio do ano, "a expectativa é o fim da fase aguda da doença até o final de 2022".

Para o povo trabalhador, o novo normal virá com o fim da fome, miséria, desemprego, saúde e educação para todos, numa sociedade justa e igualitária.

Oswaldo Martinez D'Andrade

DE OLHO NOS SEUS DIREITOS

- 1 Se o trabalhador teve contato com alguém diagnosticado com Covid-19, ele deve informar o RH ou ao departamento médico da empresa e ser afastado por 10 dias, contado a partir do dia seguinte ao contato.
- 2 Se o trabalhador teve contato com alguém diagnosticado com Covid-19, não apresentar sintomas e a empresa solicitar a volta ao trabalho, ela deve pagar pelo exame e o teste deve ser feito partir do 5º dia do contato.
- 3 Em caso de dúvidas, entre em contato com o seu Sindicato.

Trabalho escravo chega ao maior patamar neste século

18 anos depois da chacina de Unaí, auditores fiscais enfrentam falta de verbas e pessoal

“Éramos doze. Falei que o cabra estava mal, nem conseguia levantar da rede. Daí o fiscal ficou bravo. Com um pedaço de ferro, pegou uma brasa e partiu para queimar o menino. Eu disse para ele: 'Não leve, não. Se levar, você morre'. O rapaz já era escravo, ainda ia ser queimado por um tição de fogo? Você não faz isso com ninguém, nem com bicho. Se machucasse um de nós, os outros iam reagir. E eles tinham armas. Ia dar o pior de tudo. Ele deixou a brasa, mas foi até a rede e sacudiu para o cara levantar.”



Nas carvoarias, trabalhadores não usam equipamentos de proteção para calor, fumaça e fuligem

para R\$2,3 milhões. Em 2020, foi drasticamente reduzido para R\$1,3 milhão. Em 2021, não houve rubrica específica no orçamento voltada para o combate ao trabalho escravo. Essa rubrica foi incorporada pelas ações de inspeção de segurança e saúde no trabalho como um todo, no total R\$ 24,1 milhões. O menor valor desde 2013 quando foi iniciado o registro.”

Crescimento de resgatados se impõe

Apesar dessa degradação das condições de trabalho dos auditores e do corte de verbas, o crescimento do número de resgatados de 2020 para 2021 foi de 106%.

Para o ex membro do grupo móvel nacional de combate ao trabalho escravo, este aumento “é reflexo direto do aumento da miséria, da fome e do desemprego no Brasil que escalararam a níveis alarmantes. O trabalho escravo contemporâneo se nutre da pobreza extrema e da miséria. Na medida em que isso se amplia, aumenta também a vulnerabilidade diante da superexploração”.

Lucas completa essa análise lembrando que “além disso, a reforma trabalhista de 2017, imposta à força pelo Congresso Brasileiro depois do golpe contra Dilma, abriu as porteirolas da terceirização, dos contratos intermitentes, da falsa ideia de primazia do negociado sobre o legislado. Mesmo as normas regulamentadoras do Ministério

do Trabalho, responsáveis por orientar questões de segurança e saúde do trabalho, tem sido questionadas. São os trabalhadores mais vulneráveis à pobreza e à miséria que sofrem os impactos da reforma trabalhista de forma mais contundente e são submetidos a condições de escravidão contemporânea.”

É no trabalho rural que isso se expressa de forma mais grave. 89% dos trabalhadores resgatados contra 11% no meio urbano. Completa o perfil a informação de que 80% dos resgatados são negros e 47% nordestinos.

Escravidão com conivência das instituições

Desde 2014 uma Emenda Constitucional prevê a expropriação da propriedade em que houver constatação de trabalho escravo contemporâneo. Mas nenhuma jamais foi expropriada por essa razão. Quando o Incri tentou abrir um processo para este fim, a Advocacia Geral da União argumentou que a emenda não havia sido regulamentada. Enquanto isso o Congresso marca passo com projetos que regulamentariam a emenda, mas estão tramitando desde 2019 no Senado.

Já Bolsonaro, também em 2019, foi categórico ao dizer que não regulamentaria a emenda em seu governo. Segundo o presidente, o empregador “não quer maldade para o seu funcionário nem quer escravizá-lo”.

Luã Cupolillo

trabalho escravo neste ano, somando 768 pessoas. Na sequência, Goiás (304) e São Paulo (147).

Precarização do trabalho dos auditores

Esses recordes ocorrem em meio a uma ofensiva contra os Auditores. Lucas Reis, diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho denuncia que “os ataques do Governo Bolsonaro à fiscalização começaram desde o primeiro dia de seu governo. O último concurso aconteceu em 2013. De lá para cá, o quantitativo tem sido reduzido drasticamente. Atualmente, há 2.091 Auditores-Fiscais do Trabalho na ativa. Existem, vãos, um total de 1.553 cargos aguardando o preenchimento.”

E o problema não é só o número de trabalhadores, mas também da redução de verbas ao setor. De acordo com Lucas “em 2018, o orçamento para combate ao trabalho escravo, era de R\$2,6 milhões. Em 2019, caiu

Esse é Francisco das Chagas, resgatado de trabalho em condições análogas à escravidão na fazenda Brasil Verde no ano 2000, em relato ao projeto “Repórter Brasil”.

Francisco narra uma situação que está longe de ser um caso isolado no país. Só no ano de 2021 foram resgatadas 1.937 pessoas nessas condições. Os dados foram divulgados em 28 de janeiro deste ano, dia nacional do combate ao trabalho escravo.

A data marca a chacina de Unaí, quando os auditores fiscais Eratóstenes de Almeida, João Batista Soares e Nelson José da Silva, além do motorista Ailton Pereira, foram assassinados. 18 anos depois o crime segue impune. Os condenados, alguns confesos, recorrem em liberdade.

Minas, palco da chacina, foi o campeão de trabalhadores resgatados do

Pobreza menstrual escancara desigualdade

Bolsonaro veta distribuição de absorventes e Congresso se faz de poste

Em outubro do ano passado, Bolsonaro vetou trechos da PL 4968/2019 da deputada Marília Arraes, do PT, que previa a distribuição de absorventes higiênicos para mulheres em situação de rua, vulnerabilidade social extrema e estudantes de baixa renda.

Além da distribuição de absorventes higiênicos, Bolsonaro também vetou a inclusão do item nas cestas básicas distribuídas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dignidade menstrual também é direito à educação!

Meninas adolescentes estão entre as mais afetadas por esse veto. Segundo dados divulgados pela “Girl

Up”, uma em cada quatro meninas não possuem absorventes durante seu período menstrual.

A proporção é a mesma para estudantes que deixam de ir às escolas todos os meses por falta de absorventes.

Para milhares de estudantes de baixa renda, cuidar da menstruação sai caro. A quantidade de absorventes necessários para um ciclo menstrual pode custar entre 10 e 15 reais por mês.

A situação de pobreza menstrual pode envolver a falta de itens de higiene, condições sanitárias e de informação para que mulheres consigam cuidar de sua menstruação adequadamente.

São muitas as meninas e mulheres

que não têm condição de fazer de três a seis trocas diárias de absorventes - de acordo com o recomendado por ginecologistas - permanecendo longos períodos com apenas um absorvente.

Segundo dados do relatório “Livre para Menstruar”, mais de sete milhões de meninas menstruam na escola. Cerca de 213 mil não têm estrutura para cuidar de suas menstruações na escola, faltando equipamentos no banheiro, sabonete, água ou papel higiênico. Destas, 65% são negras.

Entre as mais afetadas também estão as mulheres presidiárias, obrigadas a utilizar meios nada higiênicos, como miolo de pão, para absorver a menstruação.

Derrubar o veto, derrotar Bolsonaro e seu governo!

O governo Bolsonaro aprofunda o sofrimento do povo. O desemprego e a inflação tornam a pobreza menstrual uma situação cada vez mais comum entre as mulheres. Bolsonaro ataca a saúde e a dignidade das mulheres ao dizer que absorventes não são itens básicos. No dia 8 de fevereiro, os senadores adiaram a análise do veto presidencial.

O PT precisa ajudar a organizar a luta das mulheres contra o veto de Bolsonaro. A dignidade menstrual é um direito. Organizar o combate e derrotar o governo genocida! Há muito que ser recuperado!

Kris

Mélenchon reúne dezenas de milhares na campanha

Programa de ruptura com a 5ª República francesa agrupa em todo o país

A campanha a presidente de Jean-Luc Mélenchon, da França Insubmissa (LFI), tem reunido milhares de pessoas em eventos onde se apresenta como o candidato de ruptura com a 5ª República (criada pelo golpe de De Gaulle em 1958). No dia 13 de fevereiro, oito mil pessoas participaram de seu comício em Montpellier.

Mélenchon discursou: “Nosso programa é um programa de transição entre esta sociedade, porque sei muito bem que não posso desmontá-la com um estalar de dedos, para chegar à seguinte. Iremos romper. E então, jovens, vocês inventarão a sociedade do futuro da qual nós teremos erguido as bases em conjunto”. Seu programa pede uma Constituinte Soberana com revogabilidade dos mandatos.

Em grandes ou pequenos atos, reúne-se uma diversidade em torno de sua candidatura pela “União Popular”: a LFI, o Partido Operário Independente (POI), o Partido de Esquerda (PG), comunistas, sindicalistas, Coletes Amarelos, movimentos sociais diversos e jovens. Há dois meses, eles estão integrados a um Parlamento da União Popular (PUP).



Mélenchon em comício de Montpellier que reuniu oito mil pessoas

Na frente da Prefeitura de Montreuil, dia 7, mais de 500 estiveram num comício. Em Tours, no dia 3, diante de milhares de pessoas, o candidato falou que “o mercado é o caos”. Em Bordeaux, no dia 24 de janeiro, mais de mil pessoas não puderam entrar na sala com lotação esgotada.

Sombra da abstenção

O 1º turno é em 10 de abril. A situação é incomum: a passeata dos Coletes Amarelos, no dia 12, reuniu milhares e outra vez sofreu brutal repressão do governo Macron. Em muitas empresas, estouram greves

que, muitas vezes, vêm da base, por aumento de salário e contra a desregulamentação, com conquistas.

Macron é odiado e minoritário (teve 17% dos votos do eleitorado no 2º turno de 2017). Os partidos de direita ou da “velha” esquerda, que estruturaram os governos da 5ª República, são rejeitados e seus candidatos se desintegram ou não decolam. A extrema-direita tenta ocupar seu espaço, mas até os “analistas” hostis constatam que, nessa situação, Mélenchon se diferencia.

“O mal é profundo e duradouro”, adverte o jornal “Le Monde”, no longo artigo “Eleição presidencial de

2022: a sombra da abstenção paira sobre o escrutínio”. Na campanha, os militantes do POI distribuem uma “Carta aos abstencionistas”, discutindo que nesta eleição há uma alternativa, representada por Mélenchon.

Cláudio Soares

A FARSA DA “PRIMÁRIA”

Houve uma “primária popular” para escolha de um candidato único da esquerda em 27 de janeiro. Não passou de uma farsa: Jean-Luc Mélenchon e outros candidatos (Anne Hidalgo, a oficial do PS, por exemplo), desautorizaram a “consulta”, mas foram incluídos. Não se conhece a lista de votantes. Escândalo: a escolha não foi por votos, mas por 6 notas: bom mais, bom menos, regular mais e regular menos, ruim melhor e ruim pior. Tudo “somado”, Christiane Taubira, ex-ministra de Hollande (PS), a insossa menos “restringida”, única apoiadora 100% da operação midiática, foi declarada vencedora como previsto. Não adiantou nada, não decolou nas pesquisas.

Em todas as pesquisas Mélenchon estava bem na frente entre os candidaturas da esquerda, e tem chance de ir ao 2º turno.

PS elege maioria de deputados em Portugal

Trabalhadores concentraram seus votos no partido como opção para derrotar a direita

As eleições legislativas de Portugal, realizadas em 30 de janeiro, registraram votação expressiva no Partido Socialista (PS), que já conduzia o governo e obteve agora a maioria absoluta de deputados (119 em 230). Em contrapartida, tiveram quedas significativas de apoio o Partido Comunista Português (PCP) e em especial o Bloco de Esquerda (BE).

Os partidos da burguesia continuam num processo de fragmentação. O PSD foi derrotado em todos os círculos eleitorais, com exceção da Região Autónoma da Madeira, e o CDS não conseguiu eleger um único deputado. Os partidos que saíram de dentro deles (Chega e Iniciativa Liberal) subiram sua votação, numa transferência de apoios entre a própria direita.

Em resumo, o voto dos trabalhadores concentrou-se no PS, e os partidos burgueses fragmentaram-se, com uma extrema direita sem estrutura nem organização.

A “vitória” do PS é antes a derrota dos seus adversários e mesmo de seus aliados. O colapso do BE é explicado por um representante do Bloco, Mário Tomé, pelo seu erro estratégico de “estender a mão ao PS para fazer acordos, em vez de se apresentar como uma alternativa”. O PCP continua a evolução de todos os partidos stalinistas que desapareceram ou estão em desaparecimento. Ainda se mantém porque dirige a CGTP, principal central sindical de massas do país.

Contradição

Em declaração divulgada três dias após as eleições, a Associação Política Operária de Unidade Socialista (POUS), seção portuguesa da 4ª Internacional, avaliou que, numa situação em que a mobilização da classe trabalhadora não conseguiu impor suas reivindicações, “foi fácil os trabalhadores e as populações serem colocados perante a chantagem: ou a continuação do governo

do Partido Socialista (PS), ou um governo da direita pura e dura”. Dessa forma, segundo a declaração, os trabalhadores e as populações concentraram seu voto no PS.

O presidente da confederação patronal CIP, António Saraiva, afirmou que estão criadas as condições “para que o país possa vencer os desafios e encetar finalmente o verdadeiro percurso de convergência no seio da União Europeia”. A CIP espera que o governo acentue a política que permita aumentar ainda mais os lucros do grande patronato, asfixiando as pequenas empresas e acentuando as condições de exploração dos trabalhadores. Uma política que será a continuação das exigências do capital financeiro.

É evidente a contradição. Após dar a maioria absoluta ao PS, a classe trabalhadora e as demais camadas oprimidas do país irão dirigir-se ao governo para exigir as reivindicações pendentes, tais como: aumento dos salários, fim do atual código do

trabalho antioperário, proibição das demissões, restabelecimento do serviços de saúde e de educação pública.

Correspondente

ESPAÑA

INFORMACIÓN OBRERA
Tema libro de la lucha de clases

Ahora más que nunca, derogación de la reforma laboral

DEROGAR LA REFORMA LABORAL

“Agora, mais do que nunca, revogação da reforma trabalhista”, é a manchete da edição 366 do jornal espanhol “Información Operária, Tribuna Livre da luta de classe”. Em editorial a edição explica que o acordo tripartite patrocinado pelo governo de Pedro Sanchez (PSOE) com empresários e centrais sindicais, e aprovado pelo Congresso, mantém mais de 80% dos ataques contidos na reforma trabalhista do governo Rajoy (PP). E chama à “luta, diária e paciente para que, partindo das reivindicações se abra o caminho para a ação das massas que imponha a revogação da contrarreforma trabalhista” e se recupere os direitos retirados.

Povos russo e ucraniano não querem a guerra

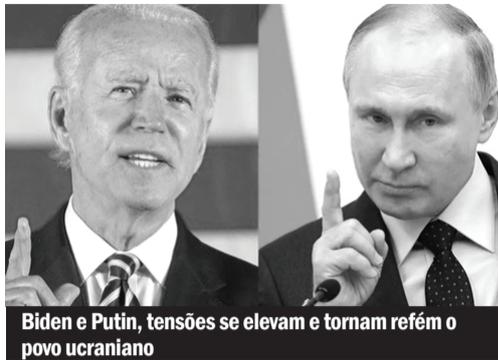
“No jogo político-militar o povo da Ucrânia é feito refém”

A cada dia que passa, a tensão aumenta na Europa em torno da questão da Ucrânia. Os Estados Unidos, seguidos pela Grã-Bretanha e vários outros países, evacuaram uma parte de seus funcionários diplomáticos do país e estão pedindo a todos os seus cidadãos que deixem a região imediatamente. Novos soldados estadunidenses, mas também de outros países europeus, foram enviados aos países que fazem fronteira com a Ucrânia.

Após as manobras na Bielorrússia, Putin organiza manobras marítimas no Mar de Azov e no Mar Negro. De todos os lados, tanto a Rússia como os Estados Unidos procuram demonstrar sua determinação. Putin continua dizendo que não quer invadir a Ucrânia e os Estados Unidos continuam dizendo que estão defendendo a Ucrânia.

Neste jogo político-militar de equilíbrio de poder, é o povo ucraniano que é feito refém, submetido a uma pressão permanente, a uma guerra de propaganda e, talvez amanhã, a uma guerra real.

Durante o colapso da URSS, cada uma das repúblicas se declarou independente sob a liderança de várias frações da burocracia do Kremlin. Essas frações da nomenklatura recorreram ao nacionalismo para



Biden e Putin, tensões se elevam e tornam refém o povo ucraniano

consolidar seu poder e não para garantir a soberania nacional. Porque, ao mesmo tempo, venderam a soberania nacional privatizando e abrindo as portas ao capital estrangeiro.

Burocracia stalinista e EUA compartilham divisão dos povos

O resultado foi o empobrecimento tanto na Ucrânia quanto na Rússia. Em dois anos, 600 mil ucranianos, a maioria jovens, deixaram seu país para trabalhar em diferentes países da União Europeia. É também o medo da mobilização popular na Rússia que leva Putin a recorrer ao nacionalismo russo em relação à Ucrânia para desviar a atenção dos povos da Federação Russa da imensa deterioração das condições de vida e trabalho.

A burocracia stalinista, que constantemente recorreu ao nacionalismo

da Grande Rússia para melhor colocar os povos uns contra os outros, sob seu controle, é responsável, na origem, pelas divisões entre os povos. E esta responsabilidade ela partilha com o imperialismo dos Estados Unidos, que desde a dissolução da URSS tem procurado capturar, através da OTAN, as antigas repúblicas da ex-URSS.

Esta situação rompeu os laços históricos que existiam entre os povos desta região. Lembremos que antes da stalinização, a Revolução de Outubro havia libertado os povos do império czarista, descrito como a “prisão dos povos”. Ela estabeleceu a igualdade entre os povos do antigo império.

Por outro lado, Stálin e seus sucessores procuraram constantemente dividir, por exemplo, a Crimeia, que pertencia à República da Rússia, e havia sido transferida para a Ucrânia em 1954, por Kruschchev. Obviamente isso não foi feito para satisfazer as aspirações nacionais do povo ucraniano, mas como parte do acerto de contas dentro da burocracia.

Pois, na sequência, a burocracia do Kremlin lançou uma severa repressão contra os tártaros da Crimeia, deportados por Stálin para o Leste russo no final da Segunda Guerra Mundial e que não puderam retornar à Crimeia

até 1967.

Sob a mais pura inspiração stalinista, Putin fez o mesmo no leste da Ucrânia, onde as regiões de Donbass e Donetsk se declararam independentes. Neste oriente ucraniano vivem populações ucranianas, russófonas e russas, que foram divididas e colocadas umas contra as outras, enquanto por muito tempo elas tinham vivido juntas em fraternidade.

Nem o povo ucraniano nem o povo russo querem a guerra, e as populações de Donbass e Donetsk também não querem. Porque eles lembram as 13 mil mortes de ambos os lados entre 2014 e 2015. Não esqueçamos a longa história comum do povo ucraniano e do povo russo.

O primeiro império do czar foi fundado em Kiev no século 9, que tornou-se sua sede. Lembremos que os povos ucraniano e russo pagaram um alto preço na luta vitoriosa contra o nazismo. 25 milhões de cidadãos da URSS morreram durante a Segunda Guerra Mundial.

A liberdade e a soberania dos povos não devem ser buscadas nem do lado de Putin nem do lado dos Estados Unidos, mas no movimento dos povos para se libertar dos regimes opressores.

Lucien Gauthier

EUA principal responsável pela militarização da Europa

Imperialismo manobra contra a Rússia e busca impor seu diktat aos Estados da União Europeia.

A OTAN foi formada em 1949 sob a égide dos EUA como “um bloco defensivo” diante da “ameaça representada pela URSS”.

Após o desaparecimento da URSS, longe de se dissolver a OTAN, ela foi fortalecida para enfrentar novos riscos “como o terrorismo e a falência do Estado”, inclusive um levante revolucionário.

A OTAN cresceu de 16 para 30 países, integrando em particular países do antigo bloco soviético, permitindo a instalação de bases militares em seus territórios. Foi claramente indicado que a Ucrânia deveria ser membro da OTAN.

Sob o governo de Obama, seguido por Trump, depois Biden, os Estados Unidos exigiram que os países membros da OTAN aumentassem seus orçamentos militares para 2%

de seu PIB.

Desde o início do que a imprensa chama de “crise ucraniana”, os Estados Unidos enviaram vários milhares de soldados para a Europa, a Grã-Bretanha para a Polônia, a Alemanha para os países bálticos e a França se prepara para fazer o mesmo para a Romênia. É um verdadeiro cerco à Rússia que se soma às sanções econômicas que já pesam sobre o país.

Isso em nada altera a natureza autocrática e reacionária do regime de Putin, o que não pode isentar de dizer que são os EUA que estão manobrando contra a Rússia e, ao mesmo tempo, impondo o seu diktat aos Estados da União Europeia.

O presidente Biden deixou claro que quer acabar com a dependência da Europa do gás russo e que as compras devem ser diversificadas,

principalmente em favor do gás liquefeito estadunidense.

O imperialismo estadunidense é o principal responsável pela

militarização na Europa, sob seu controle com – não deve ser excluída – uma possível derrapagem levando a uma guerra na Europa.

BOLSONARO: POSES PARA AS REDES E MALA VAZIA

A viagem de Bolsonaro à Rússia, programada desde novembro, foi o novo cenário para seu diretor de cena nas redes, Carlos Bolsonaro, seguir alimentando a sua escória aqui. Entre as questões que interessariam ao debate entre os dois países estava a questão dos fertilizantes. A agricultura brasileira é altamente dependente da importação de fertilizantes, em particular da Rússia, porque unidades produtoras no país permanecem inoperantes ou foram vendidas pelo governo.

“É o caso da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras no Paraná (Fafen-PR), em Araucária, fechada em março de 2020. Operando desde 1982, a Fafen-PR, adquirida pela Petrobrás em 2013, era responsável pela produção de 30% do mercado brasileiro de ureia e amônia e 65% do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), aditivo para veículos de grande porte que atua na redução de emissões atmosféricas” (site FUP-CUT).

Pois bem, rendeu para redes sociais, mas sobre fertilizantes a mala volta vazia. Nenhum acordo foi assinado.

Em campanha

Libertação de J.Glas no Equador e fim da perseguição a Domota em Guadalupe

O Comitê Internacional de Intercâmbio e Ligação (Cili) está em campanha pela libertação de Jorge Glas, ex-vice presidente do Equador, no governo Correa, e contra a perseguição a Elie Domota, sindicalista que lidera a luta do povo de Guadalupe contra a repressão do governo francês.



"Meu filho é inocente!"

Esta foi a declaração de Norma Espinel, mãe de Jorge Glas em reunião promovida pelo Cili.

Em dois de fevereiro, a senhora Norma Espinel, mãe do ex-vice presidente do Equador, participou de uma reunião internacional chamada pelo "Comitê 2 de Outubro - Verdade, Justiça, Solidariedade", antena equatoriana do "Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio" (Cili) e que, há quatro anos, promove manifestações todos os domingos em frente à prisão de Latacunga (província de Cotopaxi, cerca de 100 km de Quito) onde Jorge Glas está encarcerado.

Normita, como ela é carinhosamente chamada, disse que *"meu coração acaba sendo pequeno para expressar meu agradecimento a vocês, que estão dando seu tempo e seu esforço pela liberdade do meu filho, um homem inocente"*.

Falando em seguida, Édison Loaiza, advogado de Jorge Glas, explicou como seus direitos mais elementares estão sendo pisoteados. Houve processos e condenações por denúncias falsas, provas plantadas e pressão da imprensa. Na fase de execução da pena, o sistema judiciário negou-se a aplicar medidas de redução da pena, a que Glas tem direito por seu comportamento na prisão. Pior, desde dezembro de 2021, pelo tempo em que já está na prisão, a lei permite a Jorge Glas cumprir o restante da pena em liberdade condicional, direito que lhe está sendo negado pela juíza Gabriela D'Ambrocio que ignora, inclusive, a Resolução 69/2019, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (CIDH).

Daí o apelo enfático da senhora Normita para que a campanha continue até que Jorge Glas seja arrancado da cadeia.

Moções reivindicando o

cumprimento da Resolução da CIDH e a imediata libertação de Jorge Glas devem ser enviadas para:

• Secretária de Direitos Humanos do Equador

BERNARDA ORDOÑEZ MOSCOSO
bernarda.ordonezmoscoso@derechoshumanos.gob.ec

• Juíza

DIANA GABRIELA D AMBROCIO CAMACHO
Corte Nacional de Justicia
Gabriela.Dambrosio@cortenacional.gob.ec



Em defesa de Elie Domota!

E demais vítimas da repressão colonial em Guadalupe

Em 20 de janeiro uma greve geral paralisou Guadalupe exigindo a abertura de negociações verdadeiras sobre a pauta de reivindicações dos coletivos de luta e das organizações sindicais.

Vendo-se colocado contra a parede, o poder colonial francês respondeu

não à negociação, mas com a difusão de falsos rumores contra o movimento por meio de "revelações" do procurador de Point-à-Pitre (capital do país). Sem uma acusação direta, fala-se em "ganges", "modo operatório", "operação planejada", ao mesmo tempo que acentua a repressão e as perseguições judiciais contra os trabalhadores e jovens.

Em 7 de abril, Elie Domota, ex-secretário geral da União Geral dos Trabalhadores da Guadalupe (UGTG) e membro da coordenação do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili) está convocado para comparecer a um tribunal para responder à acusação de "violência" e "rebelião".

Mensagens em defesa de Elie Domota devem ser enviadas para:

• Prefeitura de Guadalupe
courrier@guadeloupe.pref.gouv.fr

• Ministro do Interior
darmanin.geral@interieur.gouv.fr

• Ministro da Justiça - secretária geral do Gabinete
veronique.malbec@justice.gouv.fr

➔ **Enviar cópia das moções para:**
julioturra@cut.org.br

Novo governo toma posse em Honduras

Xiomara enfrenta a primeira crise

Em 27 de janeiro, no Estádio Nacional, Xiomara Castro tomou posse como presidente de Honduras. A cerimônia foi assistida por 40 mil pessoas, sintoma das profundas ilusões populares de que, com Xiomara, a situação do país vai melhorar, em particular as condições de vida e trabalho.

Por outro lado, na instalação do parlamento, aflorou a primeira crise política do novo governo. Vinte deputados do partido de Xiomara (Partido Liberdade e Refundação - Libre) não seguiram sua orientação na votação do presidente do Congresso Nacional.

Eles se aliaram com os odiados partidos tradicionais, o Partido Nacional e o Partido Liberal. O Congresso de Honduras se dividiu em dois, uma parte encabeçada por esses partidos e os 20 deputados que a população qualifica de traidores e outra parte reconhecida pela presidente e pelo povo que se mobilizou para defendê-la.

Honduras expressa as tendências da situação que vive a América Latina e o Caribe: a explosão social e política do povo que rechaça os odiados

partidos defensores das oligarquias e do capital imperialista com o surgimento de governos que a imprensa qualifica de "progressistas". São governos de tipo bonapartista, quer dizer, que buscam o apoio do povo trabalhador para tentar arrancar algumas migalhas do capital imperialista ao mesmo tempo que mantêm os trabalhadores no quadro do respeito à propriedade privada dos grandes meios de produção.

A senhora Xiomara tem uma linguagem radical, fala em combater a corrupção, reconstruir um "Estado socialista e democrático", fala inclusive de uma Assembleia Nacional Constituinte, o que sem dúvida é positivo, mas isso só poderia ser alcançado rompendo com a política do imperialismo estadunidense e os tratados supostamente de "livre comércio".

Presença da vice-presidente dos EUA

Kamala Harris, vice-presidente dos EUA, esteve presente na posse de Xiomara Castro. Ela se dedicou a visitar os países da América Central com o objetivo de deter a crescente onda migratória para os EUA

que é produto do aprofundamento da pobreza (70% no caso de Honduras) e da violência gerada pelo narcotráfico.

O que cria essa situação em nossos países são os tratados comerciais impostos pelo governo estadunidense e a crise social dentro dos EUA, que provoca o aumento do consumo de drogas nesse país.

A classe trabalhadora, por meio de sua organização política e sindical, independente dos governos progressistas e dos partidos

pro-imperialistas, é que pode trazer uma verdadeira perspectiva de mudança. A construção de um partido dos trabalhadores necessita de uma política de intercâmbio e unidade com a luta dos trabalhadores da América Central e demais regiões das Américas.

Publicado em **El Trabajo**, jornal da seção mexicana da 4ª Internacional

1 essa crise se resolveu no início de fevereiro com o recuo dos dissidentes

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br